

DIPLOMACIA

Para tentar conter a crise no país vizinho, governo brasileiro estuda sugerir novas eleições somente com Nicolás Maduro e o opositorista Edmundo González

Lula avalia proposta de “2º turno” na Venezuela

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva considera sugerir uma segunda eleição na Venezuela. A saída é discutida como alternativa para mitigar a crise entre o regime de Nicolás Maduro e a oposição, representada por Edmundo González. Até o momento, o governo brasileiro se ateve a exigir a divulgação das atas eleitorais, sem reconhecer o resultado chancelado pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que reeleger o ditador.

A informação foi confirmada pelo assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Celso Amorim, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, publicada ontem. Segundo ele, porém, a ideia é apenas uma possibilidade, que nem foi discutida com os presidentes da Colômbia, Gustavo Petro, e do México, Andrés Manuel López Obrador.

Os três líderes e seus respectivos corpos diplomáticos trabalham para intermediar a crise

entre Maduro e González e encontrar uma “solução negociada” para o conflito. Ambos se declararam vencedores no pleito, mas o atual presidente ampliou a repressão. Pelo menos 1.200 dissidentes já foram presos.

A sugestão de refazer a eleição foi ventilada pelo presidente Lula na reunião ministerial de quinta-feira passada. Ele disse ainda não ser possível reconhecer a vitória de Maduro sem a divulgação das atas e que o chavista não poderá reclamar se for chamado de ditador se não provar que venceu de forma limpa.

Segundo Amorim, a sugestão para um pedido de nova eleição foi sua, mas a proposta ainda não está madura. Ele comparou a medida a um segundo turno, e frisou que a ideia tem tração em outros atores internacionais. Porém, haveria uma nova leva de contrapartidas, como levantar sanções dos Estados Unidos e da Europa e permitir a participação de mais observadores internacionais.

Contudo, o próprio assessor

especial admitiu que a proposta depende da aprovação tanto de Maduro quanto da oposição, o que pode ser provar difícil. O fracasso da primeira tentativa de realizar eleições livres, os Acordos de Barbados, também aumenta o ceticismo em relação à ideia.

Lula deve discutir a possibilidade com Odrador e Petro em um telefonema ainda nesta semana. Havia expectativa no Planalto que a ligação ocorresse na segunda-feira, o que não se concretizou por dificuldades nas agendas dos três chefes de Estado. A linha de ação atual é que os presidentes conversem em momentos separados com Maduro e González para tentar contornar a crise.

Justin Trudeau

Lula recebeu, ontem, um telefonema do primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, com quem conversou sobre a situação na Venezuela. Segundo comunicado emitido pelo Planalto,

o canadense elogiou a posição brasileira na crise, especialmente o diálogo com ambas as partes envolvidas e os pedidos de transparência.

Já Lula disse que houve uma série de erros da comunidade internacional em relação à Venezuela, citando a imposição de sanções, especialmente pelos Estados Unidos e pela União Europeia, e o reconhecimento de Juan Guaidó como presidente nos últimos anos. Sem base eleitoral, Guaidó se autodeclarou presidente.

Lula também comentou a respeito do diálogo entre Brasil, Colômbia e México para evitar o aprofundamento da crise na Venezuela. “O mais importante é mantermos a América do Sul livre de conflitos, com prosperidade e harmonia”, sustentou. Ele convidou o premiê para participar da cúpula de líderes democráticos, que ocorre às margens da Assembleia-geral da ONU em Nova York, em 24 de setembro. **(Leia mais sobre a Venezuela na página 9)**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Semana difícil para o governo no Senado

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pretende votar ainda nesta semana os projetos da desoneração da folha de pagamento de empresas de diversos setores da economia, da dívida dos estados e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, que prevê o parcelamento especial de débitos dos municípios.

A desoneração da folha de pagamento é uma batalha perdida para o governo, que enviou o Projeto de Lei 1.847/2024 depois da derrubada dos vetos à desoneração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo Congresso. Segundo Pacheco, ainda há divergências com o governo. A Lei 14.784, de 2023, prorrogou a desoneração por quatro anos, mas deve ser substituída pelo projeto a ser votado ainda hoje.

Existe concordância do governo de que não deve alterar impostos, principalmente a contribuição social sobre o lucro líquido. Busca-se um acordo para compensação da desoneração da folha de pagamento com medidas que não representem aumento de imposto. Entre essas propostas, estão a repatriação de recursos no exterior, a regularização e a atualização de valor de ativos. “Eu acho que nós conseguimos virar a página da questão da desoneração esta semana”, disse Pacheco.

O governo já fez acordo com o presidente do Senado sobre o Projeto de Lei Complementar (PLP) 121/2024, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), para promover a revisão dos termos das dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União. Apresentado por Pacheco em julho, o texto tem como objetivo apoiar a recuperação fiscal dos estados e do Distrito Federal, além de criar condições estruturais de incremento de produtividade, enfrentamento das mudanças climáticas, melhoria da infraestrutura, segurança pública e educação.

Ontem, em Brasília, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), e toda a bancada gaúcha pressionavam o governo para aumentar e agilizar o repasse de recursos para que o estado possa se reerguer economicamente, depois da tragédia ambiental deste ano. Leite pleiteia o repasse ao estado do valor da compensação previdenciária de funcionários públicos que passaram a trabalhar para o governo estadual. O montante pode chegar a R\$ 1 bilhão. Segundo o governador, é um instrumento de apoio da União ao RS, em um momento de baixa arrecadação do governo gaúcho, parte por reflexo do rescaldo das chuvas que atingiram o estado em maio deste ano.

O governador tucano também disse que outra sugestão apresentada à União foi a antecipação do pagamento de precatórios federais por parte da União referentes à imunidade tributária da Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento), desestatizada em 2023. “Embora nós tenhamos privatizado a companhia de saneamento, no processo de privatização nós deixamos esse precatório como um ativo para o estado. A gente trouxe como um elemento em que a União pode fechar um acordo com o estado”, disse Leite. Nas contas do governo gaúcho, o valor a ser pago por meio dos precatórios pode chegar a R\$ 1,2 bilhão.

Precatórios e dívidas

A PEC 66/2023, que também deve ser votada pelo Senado, trata exatamente do pagamento de precatórios e da regularização das dívidas previdenciárias, mas no âmbito municipal. A ideia é incluir os estados na emenda constitucional. Há conflitos de interesses da federação, estados que pretendiam de um modo e outros estados de outro, há estados endividados e não endividados, estados cujo fundo de equalização pela distribuição do FPE (Fundo de Participação dos Estados) são favorecidos, outros são menos favorecidos.

Segundo Pacheco, há um senso geral no Senado de que esse problema da dívida dos estados é o maior problema federativo do Brasil. “É uma ilusão achar que IPCA mais 4% sobre esse histórico de dívida vai ser um dia pago. Não será. Há esse sentimento geral dos estados, do governo federal, do Ministério da Fazenda, do Senado Federal. Pacheco se articula com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para negociar em bloco com o governo.

Outro assunto polêmico são as chamadas emendas Pix, que transferem recursos diretamente do Orçamento da União para prefeituras, sem necessidade de destinação do valor ou projetos. As decisões do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que limitam a execução das emendas orçamentárias individuais do tipo transferência especial, estão sendo contestadas pelos parlamentares. Pacheco pretende que o assunto seja resolvido pelo Congresso.

“As emendas parlamentares são institutos legítimos de participação no Orçamento por aqueles que são representantes votados pelo povo brasileiro, que têm a compreensão das necessidades dos muitos municípios, dos muitos estados do Brasil, mas, ao mesmo tempo, sempre se exigindo transparência, regularidade, previsibilidade, isonomia, que é algo que, nessa discussão toda no Supremo, tem se ventilado muito”, ressaltou.

Ricardo Stuckert / PR



O governador da província de Buenos Aires, Axel Kicillof, se encontra com o presidente Lula no Palácio do Planalto: “Laços históricos”

Presidente recebe opositor de Milei

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu ontem, no Planalto, o principal opositor do líder argentino, Javier Milei. Axel Kicillof é governador da província de Buenos Aires, a maior do país, e veio a Brasília para aprofundar a relação com a gestão petista. Além disso, ele quer atrair investimentos, para compensar cortes de recursos feitos pelo governo do seu país, que implementou uma política econômica visando reduzir gastos públicos.

Lula e Milei nunca conversaram, nem mesmo nos poucos eventos em que estiveram juntos,

como a Cúpula do G7, na Itália, em julho. Em contrapartida, o presidente argentino já veio ao Brasil quebrando o protocolo para chefes de Estado e participou de agendas ao lado do ex-presidente Jair Bolsonaro, seu aliado. Ambos estiveram em um fórum de extrema-direita em Balneário Camboriú (SC).

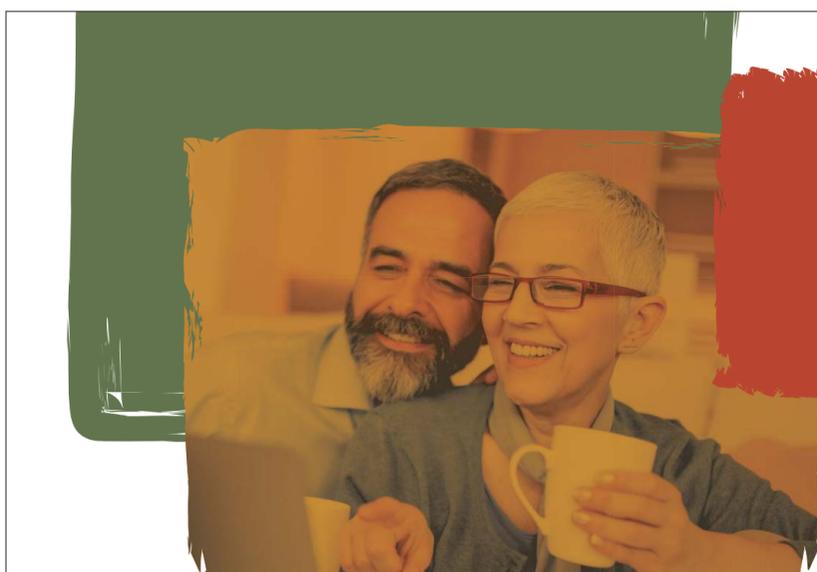
Não é comum que Lula se reúna com governadores de outros países. As províncias argentinas funcionam de forma semelhante aos estados brasileiros, com autonomia em relação ao Executivo federal. A comandada por

Kicillof não inclui, porém, a cidade de Buenos Aires, que tem sua própria gestão. Mesmo assim, o encontro foi amplamente divulgado nas redes de Lula. Kicillof é peronista, grupo político da esquerda argentina, e foi ministro da Economia da ex-presidente Cristina Kirchner.

Ao sair do encontro, o governador afirmou a jornalistas que quer manter o diálogo com o Brasil, apesar do distanciamento promovido por Milei. Também destacou que a província de Buenos Aires concentra 40% da produção argentina.

“Eu, dificilmente, por minha posição ideológica ou política, poderia acreditar que tenho o direito de pôr em risco os laços que são históricos entre o povo argentino e bonaerense e o povo brasileiro”, declarou Kicillof.

Ele, porém, desviou quando perguntado se sua visita tem relação com o encontro entre Milei e Bolsonaro: “Creio que o Brasil sempre se comportou com respeito com o presidente da Argentina. Creio que, assim como se devem conduzir as relações internacionais, são as relações entre mandatários”. (VC)



QUALIDADE DE VIDA ao sul da Asa Sul

2 e 3 quartos 57 m² a 127 m²
Coberturas lineares e duplex 70 m² a 125 m²

AGUARDE

PaulOOctavio®



ACCESSE E SAIBA MAIS